

PLASOTE

PLATAFORMA DA SOCIEDADE CIVIL DA PROVÍNCIA DE TETE

Análise de Documentos e Percepções Qualitativas das Comunidades

Documento de Posicionamento da Sociedade Civil

Sobre a Governação na Província de Tete no I
Semestre de 2023



ADEMUCHA AFUMAC UADC CAPEMI REDACABA

FICHA TÉCNICA

Coordenação:

Pedro Lenine Cumbana (Secretariado da PLASOTE)

Equipa Técnica:

Alberto Estevene – Associação Kubecera

Amélia Lázaro – Associação a VOZ do Zambeze

Argélio Graciano – Associação de Protecção do Idoso de Tete (APITE)

Damílio Fazenda - Associação Kuthandiza Azinji

Kalida Silva – Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil CESC

Lázaro Lourenço – Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC)

Manuela Xavier - Fundação Apoio Amigo (FAA)

Maria Silvestre Dias – Associação a VOZ do Zambeze (AVOZ)

Remane António Madane – AZEMAP

Roberto Mussibora – Fundação Apoio Amigo (FAA)

Rosário Ventura Torres – Fundação Apoio Amigo (FAA)

Simbe Venâncio Simbe – Fundação Apoio Amigo (FAA)

Stella Malola – Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC)

Tomás Alberto – Associação Kudhazana

Verónica Ngwenya – Núcleo das Associações Femininas de Tete

Vicente Fole – Associação COALIZÃO

@ Plataforma da Sociedade Civil da Provincia de Tete



Apoios:



Reino dos Países Baixos



1. INTRODUÇÃO

A Plataforma da Sociedade Civil da Província de Tete (PLASOTE), uma Rede de Organizações sem Fins Lucrativos da Sociedade Civil destinado à coordenação de acções que têm em vista a participação dos seus membros nos processos de desenvolvimento local sustentável, fundada em 2020 tem estado a contribuir para a boa governação através da monitoria dos processos de governação local ao nível provincial e distrital, sendo que um dos momentos de maior expressão do seu trabalho tem sido revelado nas sessões plenárias do Observatório de Desenvolvimento.

O Observatório de Desenvolvimento (OD) é um fórum consultivo e participativo entre o Governo e os Parceiros Nacionais e Internacionais para a promoção do desenvolvimento socioeconómico sustentável, no concernente à planificação e orçamentação, monitoria e avaliação dos instrumentos de planificação do Governo, assim como na reflexão e partilha de experiências, lições aprendidas e boas práticas.

Ao nível da província de Tete, a PLASOTE liderou a advocacia junto aos órgãos de governação descentralizada provincial para o relançamento do Observatório de Desenvolvimento Provincial em 2021, com a realização da XV Sessão, depois de uma paragem de cerca de 5 anos, assumindo-se desde então como contraparte e parceira do Conselho Executivo Provincial de Tete (CEP-Tete) na operacionalização e consolidação deste espaço, contribuindo na definição da agenda das sessões, nas abordagens e outros aspectos técnicos relevantes.

É, nesta perspectiva que a PLASOTE elabora em cada sessão um documento que manifesta o seu posicionamento relativamente aos progressos e desafios da implementação dos programas e políticas governamentais para prover serviços de qualidade aos cidadãos, particularmente os grupos mais vulneráveis para a redução dos níveis de pobreza consubstanciado na análise documental e recolha de evidências no terreno.

Para a XVIII Sessão do ODP, as análises efectuadas tem em conta os objectivos assumidos pelo Governo através do Plano Quinquenal do Governo (PQG), Plano Quinquenal de Governação Descentralizada Provincial (PQGDP) 2020-2024 e dos seus desdobramento nos nível provincial e

distrital através do PES provincial, PESOE e PESOD. Tem em conta as políticas públicas sectoriais voltadas para a redução das vulnerabilidades das populações, diversificação e competitividade e intensificação da produção, elevação da geração de renda e criação de mais oportunidades de emprego.

Outro factor considerado relevante é o facto do Estado moçambicano ser signatário de acordos e convenções internacionais que obrigam o Governo a alcançar metas de desenvolvimento em diferentes áreas através de alocações financeiras concordadas entre os signatários, com destaque para:

- Compromisso de Abuja - alocar pelo menos 15% do Orçamento do Estado para o Sector de Saúde;
- Compromisso de Dakar - alocar no mínimo 20% do Orçamento para a Educação;
- Declaração de Maputo - alocar pelo menos 10% para o sector de Agricultura; e
- Compromisso de Ngor - alocar pelo menos 0.5% do PIB para o sector de Água.

2. METODOLOGIA ADOPTADA

A equipa técnica da PLASOTE, sob a coordenação da Fundação Apoio Amigo (FAA), no seu papel de Secretariado elaborou os termos de referência e definiu a metodologia e mobilizou os recursos técnicos e logísticos para a produção deste documento.

O principal pressuposto foi o acesso aos documentos-chave da governação, solicitados aos ambos órgãos de governação provincial, nomeadamente Conselho Executivo Provincial e Conselho de Representação do Estado (CRE), bem como aos governos distritais. Os membros da PLASOTE contribuíram nos seus locais de intervenção com a recolha de evidências através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas e observação participante.

Nesta sequência, a produção do presente documento baseou-se na análise e incorporação de informações de cinco fontes principais a saber:

Relatórios:

1. Balanço do I Semestre do Plano e Orçamento dos OGD 2023;
2. Relatório Balanço Iº Semestre do Plano Económico e Social e Orçamento de Estado 2023 (Província de Tete);
3. Relatório Balanço Iº Semestre do Plano Económico e Social Distrital;
4. Informe do Iº Semestre do Plano Económico e Social Municipal.

Planos

5. Plano e Orçamento dos OGD 2023;
1. Plano Económico e Social e Orçamento do Estado 2024;
2. Planos Económico e Social e Orçamento Distrital 2024;
3. Planos Económico e Social Municipais 2024.

Percepções Qualitativas

4. Questionários específicos de recolha de dados e informação da base;
5. Resultados focalizados do Cartão de Pontuação Comunitário;
6. Auditorias Sociais;
7. Conselhos Consultivos;
8. Workshop com servidores públicos.

A informação colectada cobre de forma satisfatória 8 distritos (representando mais de 50% da província, acima da linha de significância de Tchibitchev – 30%, reforçado pela informação colectada nos municípios. Não foi possível colectar informação nos distritos de Macanga, Chiúta, Chifunde, Mágoe, Marávia e Zumbo e no Município de Nhamayábue, por um lado devido à falta de cobertura das organizações da PLASOTE nestes locais ou por indisponibilidade manifestada pelas autoridades locais para a cedência da informação.

As áreas e sectores prioritárias para a análise foram: Educação, Saúde, Água e Saneamento, Infra-estruturas, Recursos naturais, protecção social, indústria extrativa e meio ambiente. Os eixos temáticos escolhidos foram: i) descentralização e desenvolvimento local; e ii) humanização dos serviços para o público.

Embora, as limitações acima e a exclusão de determinados temas, o mais importante é que o documento foi produzido para promover diálogo focalizado e trazer lições aplicáveis à governação no contexto geral da província e específico nos distritos.

3. RECOMENDAÇÕES GERAIS

O documento apresenta nas diferentes áreas de governação analisadas sugestões e propostas para melhorias no processo de planificação e na implementação dos programas governamentais, entretanto, foram identificados alguns aspectos críticos estruturais que a PLASOTE considera desafiantes para a liderança tanto do Conselho Executivo Provincial como do Conselho de Representação do Estado, sobre os quais recomenda o seguinte:

- 3.1. Adoptar medidas para a descentralização efectiva dos negócios do Estado para gerar riqueza na província e nos distritos e impulsionar o empresariado local.
- 3.2. Influenciar maior descentralização da gestão dos recursos humanos do Estado para que a função pública responda às reais necessidades locais.
- 3.3. Definir metas exequíveis mas desafiadoras e que correspondam à dimensão da nossa província.
- 3.4. Harmonizar os dados populacionais nos diferentes documentos para eliminar a divergência de dados demográficos registados entre as fontes provinciais (CEP e CRE) e as fontes distritais.
- 3.5. Assegurar que os indicadores reflectam o trabalho conjunto desenvolvido pelos diferentes actores de desenvolvimento da província, sejam das diferentes agências do Governo como do sector privado, das ONGs, Organizações da Sociedade Civil e outros.

- 3.6. Incentivamos o Conselho Executivo Provincial e o Conselho de Representação do Estado a posicionarem-se de forma clara e objectiva e a procurar soluções locais sobre problemas nacionais com reflexo na nossa província.
4. Os documentos devem fazer referência a situação dos direitos humanos, com exemplo para as condições das penitenciárias, situação de crianças em conflito com a Lei, etc.

5. RECOMENDAÇÕES SOBRE O PROCESSO DO OBSERVATÓRIO

- 5.1. Para ampliar a amostra e possivelmente cobrir todas as todas apelamos para que todas as entidades solicitadas a fornecer a informação respondam positivamente e em tempo útil.
- 5.2. As lideranças dos sectores nos níveis provincial e do distrito devem promover um ambiente favorável para que as fontes sintam-se livre de colaborar e fornecer informação quantitativa e qualitativa e consequentemente melhorar a localização dos factos, sobretudo funcionários públicos afectos aos serviços básicos (ex. Directores de escolas e de unidades sanitárias (US) professores, enfermeiros, etc).
- 5.3. Cumprimento dos prazos para realização do ODP para permitir que as contribuições deste fórum tenham efeito real nos processos de planificação. Não havendo condições para a realização da plenária em tempo útil, o CEP e CRE podem promover pequenos fóruns de consulta/grupos de trabalho/auscultações com a SC/sector privado e outros sectores a anteceder a aprovação do Planos pela Assembleia Provincial ou submissão para outros níveis.
- 5.4. A monitoria da matriz das recomendações do ODP poderia ser sistemática durante o período que separa as sessões do ODP.

6. CONSTATAÇÕES

6.1. Finanças Públicas

Os balanços analisados de ambos órgãos, CEP e CRE, indicam progressos e desafios na implementação dos programas governativos ao nível provincial e distrital e mencionam um crescimento considerável na produção global de 5,7%, acima de 3,4% previstos para 2023, contra 0,9% de igual período de 2022. Consta que os ramos da agricultura, produção animal e silvicultura (9%), indústria transformadora (1,3%) e transportes e comunicações (3,5%) são os que mais contribuíram para este alcance com taxas de crescimento por ramo de 10,3%, 4,1% e 18,8%, respectivamente. Nota-se que o ramo de alojamento e restauração registou um crescimento notável (de 4% em 2022 para 11,2% em 2023) o que indica uma franca recuperação pós-covid-19 e resiliência deste sector face à redução da demanda por parte das mineradoras e companhias afins.

Embora o ramo da Indústria de extracção mineira tenha registado um crescimento de 26,8%, a sua contribuição na produção global ainda é fraca, com registo de 0,2% contra 0,1% em 2022, lembrando que a sociedade civil vem desde sempre questionando esta fraca contribuição. Nisto, o CRE destaca que o ramo da indústria mineira, devido ao seu potencial produtivo, elevou a

produção em mais de 1.803.973,00 ton de carvão e 31,08 gramas de ouro em relação a 2022. Tendência inversa de decréscimo regista-se no ramo da construção (-23.5%), depois de um ligeiro crescimento (1,8%) em 2022.

Marco importante é o facto do CRE evidenciar auto-suficiência neste período com receitas do Estado a atingirem 6.119.44 milhões Meticais, cobrindo em 100% as despesas públicas efectuadas no valor de 5.231.73 milhões Meticais com *superavit* de 905.71 milhões Meticais o que é bastante positivo considerando que para este período o CRE mobilizou 10.483.72 milhões Meticais e executou apenas 23%.

Por sua vez, o CEP órgão de governação descentralizada a partir do qual aspira-se alcançar maior autonomia em benefício das comunidades locais arrecadou apenas em receitas 13.035.45 Mil Meticais e uma despesa em funcionamento e investimento de 289.291,43 Mil Meticais registando um déficit de cerca de 78% e infelizmente nota-se uma redução do orçamento de investimento em cerca de 15% relativamente ao período anterior. Por outro não está mencionado o destino do orçamento de investimento.

Uma lacuna identificada relativamente à apresentação da execução dos planos é que estes não desagregam as despesas de funcionamento e investimento por sectores dificultando a percepção da priorização. Esta informação poderia ajudar a perceber, igualmente, o impacto da implementação das medidas de contenção da despesa pública.

Como principais desafios, tanto o CEP como CRE mencionam que a implementação dos programas foi condicionado pela passagem do Ciclone Tropical “FREDDY”, que provocou inundações, destruiu várias infraestruturas económicas e sociais, resultando na interrupção dos serviços básicos e afectou 20.524 famílias, o que obrigou a adopção de medidas de mitigação e de respostas às pessoas afectadas nos distritos de Dôa, Moatize e Mutarara. Neste último distrito são mencionadas também cheias e inundações resultantes das descargas da Barragem de Cahora-Bassa. Seria de importante valor se os balanços mencionassem os recursos alocados para responder a esta intempérie nos distritos afectados. Outros factores desfavoráveis considerados são: perda de 31.077 hectares de culturas diversas decorrente da ocorrência de pragas, doenças e inundações que afectou 41.778 famílias camponesas; registo de 2.838 casos de cólera com 16 óbitos na Província; e aumento da pressão sobre a despesa pública decorrente da morosidade na libertação de recursos financeiros pelo MEF (CEP) e devido à introdução de procedimentos do plano de tesouraria (CRE). Os balanços distritais também mencionam a irregularidade dos desembolsos como constrangimento.

A análise aplicada do Orçamento da Província tem um enfoque no perfil geral da despesa pública, no período que vai de 2017 a 2023. Este exercício explora as principais tendências da despesa, com o intuito de aferir o seu impacto na provisão de serviços públicos e na dinâmica dos indicadores sectoriais.

Algumas constatações relevantes são:

- I. Entre 2017 e 2023, as despesas correntes de todos os distritos da província registaram um crescimento médio anual de 12,2% e 8,6%, em termos nominais e reais, respectivamente.

Maior crescimento registou-se no ano 2019, com um crescimento real de 14,8%, contra 6,4 e 4,7%, do crescimento registado nos anos 2018 e 2020, respectivamente.

- II. As despesas de investimento dos distritos registaram um decréscimo médio de 6,6%, de 2017 a 2023, com uma realização média anual de 79,1%. A participação média anual é de 1,9% no investimento público total, 0,4% na despesa pública total e 0,1% no PIB.
- III. A desagregação da despesa por natureza económica permite constatar que maior parte dos recursos oriundos do Orçamento do Estado foi alocada para despesas de funcionamento.
- IV. Em termos relativos (relacionados com as necessidades locais avançadas pelos actores de desenvolvimento ao nível dos distritos), o sector de Água e Saneamento tem recebido a menor verba, entre todos os sectores a nível distrital. Neste âmbito, por exemplo, no distrito de Moatize, excluindo o Município, a despesa média anual deste sector, de 2019 a 2023, foi de 5,6 milhões de MT, contra 4 milhões do distrito de Changara.
- V. Especificidades de distritos: O distrito de Moatize, com a sua elevada densidade populacional, apresenta uma despesa pública média anual *per capita* de 1.544 MT, muito abaixo da média nacional (de 9.800 MT) e a de Changara (de 4.505 MT), ao longo do período em análise.

6.2. Educação

Apreciamos a franqueza com que os desafios neste sector são colocados nos relatórios distritais, destaque para o elevado rácio aluno/turma e aluno/professor; insuficiência de salas de aulas e de carteiras e notamos com satisfação progressos consideráveis no período analisado, alguns destes devidamente reflectidos no balanço e outros que foram captados nas entrevistas e observação, com destaque:

- O Balanço do CEP indica que foram contratados 483 professores. Esta informação é corroborada por alguns distritos. Por exemplo Cahora-Bassa contratou 23 professores.
- De acordo o CRE, para o Ensino Primário, foram criadas 12 novas escolas independentes, nos distritos de: Doa (1), Cahora Bassa (2), Chiúta (3), Macanga (5), Tsangano (1). Entretanto, para melhor verificação observamos os balanços dos Governos Distritais e esta informação não foi mencionada, para além de turmas anexas à Escola Secundária de Mazoe, que o Balanço do Distrito de Changara faz menção.
- Em Cahora-Bassa foi construída a EPC de Canchenga, inaugurada pelo Presidente da República.
- No Município de Tete foi construído um bloco de salas de aulas anexas na EPC de Chivuli.

Não obstante os avanços registados, o sector de educação continua a se debater com problemas mais básicos que requerem uma atenção aprimorada e reforçada, particularmente nos processos de planificação pública. A tabela 1 que se segue apresenta algumas variáveis, na sua maioria extraídas dos Balanços distritais, assim como alguns cálculos com base nos números proporcionados pelos balanços e por outros documentos oficiais.

Aqui importa referir a divergência dos dados em relação ao tamanho da população obtidos em diferentes fontes, o que nos levou a optar apenas para efeitos de cálculos na informação extraída dos Balanços individuais do PESOD. O uso desses dados nos cálculos e análises não tem qualquer influência na tendência dos resultados, pois: i) a população cresce a uma taxa harmónica média próxima de 2,4% ao ano em todo o país, e os êxodos rurais tendem a ser compensados por movimentos contrários da população, motivados pela busca de oportunidades económicas, o que faz com que as variações sejam mínimas; ii) a variável população é usada apenas como denominador nas variáveis e sectores considerados.

Tabela 1: Variáveis seleccionadas para análise (Sector de Educação)

Designação	Angónia	Changara	Doa	Marara	Mutarara	Tete	Tsangano	C.Bassa
Tamanho da população (ano 2017)	551.914	142.236	87.913	84.429	204.251	475.328	254.000 254.008	132.972
Efectivo escolar	99.182	43.365	28.942	S-I	53.566	127.896	63.257	45.091
Rácio Ef.Esc/Pop (Pressão)	18,0%	47,7%	28,4 %	S-I	26,2%	27,9%	24,9%	33,9%
Frequência de raparigas	50,3%	48,1%	45,6%	S-I	41,4%	50,9%	50,3%	50,2%
Alunos/Prof. (EP1)	S-I	48	S-I	S-I	S/I	72,9 77.9/69,2	S-I	S-I
Turmas ao ar livre		80	S-I	S-I	364	28	0	104
Alunos ao ar livre	S-I	4.066	S-I	S-I	18.934	1739	0	4.396
Alunos sentados no chão	S-I	S-I	S-I	S-I	19.866	S-I	0	S-I
Livro Escolar D.G.	118.600	P: 96.543 R: 61.480 D: 46.669	34.664/ 64.929	S-I	63.800/ 114750	90.500/ 185.650	110.500/ 138.500	72.720/ 96.835
Desistência Escolar	S-I	S-I	S-I	S-I	S-I	S-I	2.205(3,5%)	S-I

Fonte: Balanço do PESOD, I Semestre de 2023 (Distritos de Tete, Changara, Angónia, Mutarara, Doa, Tsangano, Marara e C.Bassa); Cálculos da autoria baseados nos dados oficiais.

Os dados na tabela 1 acima sugerem que, para lá do tamanho da população, em termos absolutos, a estrutura demográfica distrital (pirâmide populacional distrital) é um factor importante para a percepção dos diferentes factores de pressão no sector de educação. Por exemplo, em 2023, o efectivo escolar em Changara corresponde a 43,7% do efectivo escolar de Angónia, quando a população de Changara equivale a 22,5% da população de Angónia, mostrando a existência de mais população em idade escolar em Changara do que em Angónia. Situação similar verifica-se na comparação entre Doa e Mutarara. Ora vejamos, o efectivo escolar em Doa corresponde a 54% do efectivo escolar de Mutarara, quando a população de Doa equivale a 43% da população de Angónia.

Consequentemente, o rácio *Efectivos Escolares/População*, aqui considerado indicador de pressão escolar, mostra maior pressão para os distritos de Changara e Doa, em relação aos distritos de Angónia e Mutarara. Por isso, a estrutura demográfica do distrito deverá ser um factor determinante na planificação e alocação de recursos no sector de educação.

Consequentemente, a programação de despesas de investimento (construção de novas salas de aulas) e afectação de professores tem que ser melhorada.

Percepções qualitativas

Além das análises com base nos dados extraídos dos documentos oficiais, foi feito o levantamento de percepções da população e actores de desenvolvimento ao nível dos distritos para aferir o grau de satisfação e gerar elementos relevantes para a melhoria da planificação pública. No sector de educação focalizamos as percepções em três assuntos críticos:

1. Livro Escolar de Distribuição Gratuita (1ª a 7ª classe)

- O Balanço do CEP indica que foram distribuídos apenas 58,2% de Livros Escolares planificados. De 1.920.250 planificado, foram distribuídos 1.117.130 e que o sector *“ainda aguarda a Recepção de **747.920** livros da 7ª classe”*. Explica a DPE que o atraso deveu-se ao processo de distribuição centralizado em cadeia nacional. A DPE teve a oportunidade de corrigir a informação, assegurando que o livro foi distribuído a 100%, entretanto:
- Evidências e Percepção
 - Os balanços distritais indicam um deficit significativo de livro escolar (ver tab.1). Todos os distritos receberam menos quantidades do que o planificado. Apenas Changara faz distinção entre as quantidades recebidas e distribuídas.
 - Grande parte do livro escolar foi distribuído apenas logo após a observação feita na XVII Sessão do ODP em Abril. Escolas monitoradas posteriormente informaram que receberam livros insuficientes. Alguns receberam apenas livros da 1ª a 3ª classes e outras não receberam livros de todas as disciplinas.
- Estas evidências e percepções abriram espaços para os questionamentos e comentários abaixo.
 - Como é feita a planificação da alocação do livro escolar? Se estamos seguros que 2.008.760 livros planificados para 2024 vão satisfazer a demanda? Que estratégias estão a desenhadas para evitar a repetição dos problemas de distribuição registados no presente ano lectivo?
 - Pensamos que a distribuição do livro escolar não vai de acordo com o espírito de descentralização. (O CEP não tem controle efectivo sobre o processo. Perde-se oportunidade de potenciar o empresariado local). Pensamos que a médio prazo o livro escolar deve ser impresso ao nível local. Porque não?

2. Ambiente de aprendizagem, competências dos alunos e retenção

- Há desafios relativos à aplicação do novo currículo. A requalificação das EPCs e retirada da 6ª classe em algumas agravou o problema das distâncias. Há registo de crianças

abandonando a escola. A DPE tenha explicado que foram introduzidas algumas salas/escolas anexas em Angónia, Changara e Cahora-Bassa, entretanto os documentos destes distritos não mencionam este facto.

- As competências de leitura e escrita (de 1ª a 6ª/7ª classe) continua deficitária, sobretudo nas zonas mais recônditas onde as crianças não se expressam em língua portuguesa e o nível de absentismo dos professores é extremamente alto. Há registo de da prática de *xitique* de aulas. Há professores que levam semanas, senão mesmo acima de 1 mês sem pôr os pés na escola, com conivência dos directores de escola. Alunos estudam ao relento ou ar livre. A tabela 1 revela dados de alguns distritos. Estranhamente, o Distrito de Tsangano não regista alunos que sentam no chão ou que estudam ao ar livre. Fazendo fé na informação extraída do PESOD deste distrito, então Tsangano pode ser considerado de sucesso com experiências relevantes para partilhar com os restantes distritos.
- O rácio aluno/turma é extremamente elevado em certos distritos. Por exemplo, o Distrito de Tete tem um rácio de 72,9 no Curso Diurno é de 69,2 em média no Curso Nocturno. No ESG2 (10ª - 12ª Classe) o rácio é de 135,5, com um crescimento de 2022 a 2023 de 99%. Precisamos perceber o que teria acontecido para uma variação tão grande neste ciclo.
- Comentários
 - O sector da educação deve realizar regularmente estudos para avaliar as competências em numeracia e literacia dos alunos nos 2 primeiros ciclos. O sector da saúde tem práticas de estudos de corte, corte-controle associado a epidemias que podem servir de inspiração. Este tipo de acções poderia contribuir para dar respostas concretas a um desafio nacional.
 - Sugerimos a DPE a fazer uma reconciliação dos números de graduados da 6ª classe em 2022 e os matriculados em 2023 e desenhar uma estratégia para a mitigação dos problemas resultantes da requalificação das EPCs.
 - Considerando que o plano do CEP para 2024, prevê expandir a rede escolar de 1.382 estabelecimentos em 2023 para 1.400 em 2024 é preciso ter em conta o descongestionamento do rácio aluno/turma.
 - Nos distritos fronteiriças há muito potencial para literacia e numeracia em língua inglesa que poderia ser incorporado no ensino bilingue, que a nossa observação revela deficiências e insucessos. Estamos cientes que este assunto carece de um debate nacional. Porque este debate não pode iniciar em Tete? A Suíça, por exemplo, tem 4 línguas oficiais e outras não oficiais e não se questiona a unicidade do Estado.

3. Apoio Directo Escolar

- Tanto os documentos de nível provincial como distrital não mencionam desembolsos do Apoio Directo às Escolas (ADE). A DPE informa que a primeira tranche do ADE foi canalizada às escolas, entretanto, Direcções e Conselhos de Escola contactados não confirmam e acrescentam que está em falta a segunda tranche de 2022.

- De forma recorrente e sistemática, os alunos são cobrados valores para pagamento de fichas/textos de apoio, enunciados das avaliações, guarda, construção de vedações. Alguns responsáveis das escolas justificam que tal exigência deve-se à não canalização de fundos do ADE. Não estando totalmente contra algumas formas de contribuição, o que nos parece incorrecto é a proibição de acesso às aulas e realização de avaliações aos alunos incumpridores. Por exemplo, na EPC de Chingodzi e EPC Gungunhane está a ser cobrado 100MT/aluno/mês e há ameaças de impedimento de acesso aos provas finais. Na mesma escola EPC Gungunhane, os alunos estão a ser cobrados 4MT para pagamento de textos para provas.
- Os Balanços distritais evidenciam a ausência ou suspensão de actos administrativos (mudança e progressão na carreira) assim como falta de pagamento de horas-extra e meia-turma, situação mencionada pelos funcionários públicos entrevistados. Embora tenhamos recebido explicação tal está dependente da regularização do TSU, recomendamos que as entidades responsáveis comuniquem melhor com os visados. Alguns distritos tem inclusivé cálculos das dívidas dos Estado em relação aos professores. Por exemplo, Tsangano apresenta o volume de 509 horas extras do ESG e 67 meios turnos do EP1. Changara fez o levantamento de 168 Professores com horas extraordinárias e segunda turma referentes a 4 meses com um valor que ascende 1.924.494MT (TSA).
- Faltam subsídios para os alfabetizadores (um pouco por todos os distritos) durante o primeiro semestre.

6.3. Saúde (I Semestre de 2023)

O Sector da saúde é o que apresenta indicadores que são uniformemente reportados em quase todos os relatórios distritais. Dentre as realizações positivas no sector de saúde identificadas nos documentos e observação destacam-se.

- Há uma redução substancial de casos de desnutrição crónica em toda a província.
- Realizados treinos em diversas áreas ao pessoal técnico da saúde;
- Distribuídos às unidades Sanitárias, 1.562 kits para Agentes Polivalentes Elementares;
- Reabilitada a morgue do Município da Vila de Ulóngue;
- Estão em curso obras de requalificação do Hospital Rural de Angónia que passará para Hospital Distrital.
- Em Mutarara, a meta de cobertura de vacinação completa de crianças foi ultrapassada largamente, 106% (3689 crianças)
- Em Changara foram distribuídas 4.078 redes mosquiteiras nas consultas pré-natais, das 3.558 previstas, contra 3.816 de igual período passado. No distrito de Changara foram distribuídas 6.047 redes mosquiteiras para as mulheres grávidas.
- Em Changara 363 pessoas beneficiaram-se da circuncisão, contra 998 beneficiários de 2022.

Apesar dos avanços registados, de igual maneira o sector de saúde continua a se debater com problemas que precisam de uma atenção do Governo e de todos os parceiros de desenvolvimento, muito em particular ao nível da planificação e alocação de recursos.

- O Rácio de Profissionais de Saúde (incluindo APES) cresceu de 148,1 por 100.000 habitantes, contra 136,8 de 2022, abaixo das metas de 199 em cada 100.000 habitantes.
- Igualmente, a taxa do pessoal de área específica de saúde por 100.000 habitantes cresceu atingindo 106,1 em 2023 contra 83,1 de 2022.
- Cresceu também a taxa de médicos por 100.000 habitantes no período em análise foi de 5.4 em 2023 contra 5.2 de 2022 bem como a taxa de médicos, enfermeiros e enfermeiras de Saúde Materna e Infantil por 100.000 habitantes que foi de 48.2 em cada 100.000 habitantes contra 45.3 de 2022.

Em nossas análises anteriores mencionávamos a relação positiva significativa entre o nível de urbanização (proximidade com a cidade) e a disponibilidade de médicos (o caso de Moatize) o que sugere a necessidade de melhorar os incentivos para uma alocação mais equilibrada de pessoal médico ao nível dos distritos.

Tanto os balanços de nível provincial como distrital não trazem informação que nos permitisse analisar a relação da alocação de pessoal de saúde (incluindo médicos) com o tamanho da população nos distritos. O Distrito de Changara apresenta no seu balanço o rácio já calculado e não os efectivos do pessoal de saúde que nos permitam apurar este indicador. O Distrito de Tete é o único com informação devidamente discriminada dos efectivos do pessoal de saúde.

Mas felizmente foi possível perceber a tendência, sobretudo das doenças endémicas, informação claramente explícita na maioria dos relatórios que conduzem às seguintes conjecturas:

- Nota-se um crescimento de casos de diagnóstico positivo do HIV em toda a província com destaque para os distritos de Angónia (38%), Chifunde (17%), Changara (22%), Chiúta (36%), Cidade de Tete (26%), Mágoe (29%) e Moatize (10%), comparando os dados de 2022 e 2023. É de grande apreço que o Plano 2024 mencione acções de choque para reverter este cenário e expansão dos serviços de TARV para 05 unidades sanitária, nos Distritos de Dôa (Chicula), Macanga (Calera), Tete (Chimbonde), Tsangano (Chiandame) e Angónia (Liranga). Infelizmente não se visualiza acções adicionais para Chiúta e Mágoe que apresentam a maior variação.
- Igualmente, regista-se um aumento de doenças não transmissíveis, tais como hipertensão arterial (13,0%), diabetes (158%); e asma (13.609 casos - 46,3%). Entretanto, diferentemente dos casos, de HIV, estas doenças não foram localizadas por distrito o que ajudaria a perceber melhor o perfil e possíveis causas. Por exemplo, até que ponto as doenças respiratórias podem ser originadas pela exploração mineira, etc. Pode-se considerar uma boa resposta a planificação de capacitação de 60 profissionais de saúde (Clínico) em matéria de Doenças Não Transmissíveis (Hipertensão Arterial, Diabetes, Cancro, Asma) incluindo TRAUMA para 2024.
- Regista-se grande incidência de diarreias na província, sobretudo nos distritos de Angónia (46,9%), Chifunde (273,7%), Cidade de Tete (43,6%), Macanga (46,8%), Marara (74,7%) e

Mutarara (45,8%), bem como a cólera com registo maior de casos na Cidade de Tete e Distrito de Angónia.

Percepções qualitativas

No sector de Saúde também juntou-se algumas percepções qualitativas da população e actores de desenvolvimento ao nível dos distritos, relevantes para a melhoria da programação e construção de respostas no sector. Destaques vão para as seguintes percepções:

- Tanto os Balanços do CEP como do CRE sector da Saúde não faz menção dos prestadores de serviços de saúde privada, havendo por conta das entrevistas e observações feitas preocupações relativas ao seguinte à legalidade algumas “clínicas privadas”, com alguns exemplos mencionados: na Cidade de Tete opera um estabelecimento (das 4h-6h30) atrás do Hotel Inter Tete. Em Chidzolomondo, Macanga, existem estabelecimentos de operadas por Malawianos em condições de saneamento duvidosas.
- Persistem reclamações de esgotamento de medicamentos e materiais hospitalares (luvas, seringas de 10 ml, algodão e kits de Planeamento Familiar) nas Unidades Sanitárias um pouco por todo o distrito.
- Há preocupação com a situação de acumulação de acompanhantes de doentes no HPT (zona da ATM do BIM). Estamos conscientes que as nossa políticas da saúde não prevê albergar acompanhantes nas USs, mas pensamos que algo deve ser feito.
- Persiste a situação da higienização, falta de água e condições impróprias de casas de banho em grande parte das US. Consta que no Hospital Rural de Ulónguè as parturientes são proibidas de usar as casas de banho. No Centro de Saúde da Base Aérea de Chingodzi foi improvisada uma casa de banho de chapas em condições lastimáveis.
- Ainda relativamente ao Hospital Rural de Ulongue consta que as parturientes são obrigadas a dar a luz no chão e não na cama/marquiza.
- Persistem cobranças ilícitas nas unidades sanitárias em Centro de Saúde de Zóbue denunciados pelas estagiárias que são usadas como colectoras dos valores.
- Falta ambulância em Chitima, Sede do Distrito de Cahora-Bassa, o que provoca atraso na transferência de doentes em estado crítico para outras unidades sanitárias.
- Há *deficit* de unidades móveis em Marara. Ao nível de todo o distrito, o sector da saúde tem apenas 2 motorizadas.
- Em todos os documentos analisados há uma clara omissão dos impactos da greve dos médicos e a percepção dos cidadãos é que houve inércia e ausência de comunicação ao nível da província sobre a situação real o que levou a especulações sobre a ocorrência de números elevados de óbitos nas US devido à ausência dos médicos.

6.4. Abastecimento de Água e Saneamento

O sector de água e saneamento também tem vindo a registar seus marcos. Entre as principais realizações contam-se:

- Abertos 15 novos furos de água no Município de Tete.

- Ao nível do Município de Ulónguê, em Angónia, todos os bairros têm acesso a água potável.
- Abertura de valas de drenagem numa extensão de 17,2km no Município de Ulóngue;
- Construídos sanitários públicos na EP1 Wilson em Ulóngue e na Sede do Bairro Dégue, no Município de Tete.

Percepções qualitativas

Os documentos do CRE referem-se a uma taxa de cobertura de água no Município de Tete de 64% em 2022 para 67% em 2023.

- Há dúvidas se a cobertura de água mencionada é relativa ao número de ligações existentes ou o acesso real uma vez que o abastecimento de água está cada dia pior. Grande parte de Samora Machel e M.S. Muthemba que tem água canalizada estão com fornecimento interrompido que está a se alastrar progressivamente afectando cada vez mais agregados familiares.
- Parte da população de Chingodzi está a consumir água do Rio Rovúbue;
- Cobertura ainda limitada de furos de água e fontenários. No caso do distrito de Moatize, localidades com situações mais críticas na cobertura e operacionalidade de furos/fontenários são Mecungas, Nsungo e Samua, enquanto que no distrito de Changara localidades que apresentam situação mais crítica são Mazoe, Missawa e Cancune. Em Cancune a população recorre mesmo ao rio Luenha, e talvez seja fruto disso que o distrito apresenta alta incidência de doenças diarreicas;
- Também há reclamações sobre a persistência de distâncias longas para a busca de água potável em algumas comunidades dos distritos de Doa e Angónia, facto que parece estar em sintonia com os dados da tabela 3, em relação ao nível de cobertura de água canalizada e de furos ao nível daqueles distritos;
- Na cidade de Moatize, reclama-se que o sistema de água canalizada ainda possui uma capacidade limitada de resposta às necessidades dos munícipes;
- Há questionamento sobre a base da facturação com ou sem leitura dos contadores em consumidores que recebem água.

6.5. Segurança Pública

- Alguns relatórios distritais trazem informações detalhadas sobre a situação da Lei, ordem e segurança pública. Impressiona-nos por exemplo o relatório de Cahora-Bassa e o papel dos tribunais comunitários. Embora no período reportado registe-se um decréscimo de casos atendidos, de 514 em 2022 para 174 em 2023, a natureza/tipificação dos casos revela a importância da descentração e das estruturas comunitárias.
- Os documentos do CEP mencionam um decréscimo da receita devendo-se entre outras razões à não canalização das multas pela PRM resultante da transgressão do regulamento de transporte. Isto chama-nos atenção sobre o seguinte:
- Nada é mencionado no balanço o incremento de efectivos da polícia, sobretudo da Polícia de Transito na Cidade de Tete. Seria útil perceber a contribuição deste ramo da PRM nas

receitas do Estado uma vez notar-se uma proliferação de postos/brigadas de fiscalização, cuja actuação é notória a práticas de corrupção, havendo nestes locais a adopção de um novo meio de cobrança de valores ilícito através de “tesoureiros” informais alheios à corporação.

- Com muito agrado destacar o Distrito de Cahora-Bassa que faz menção aos valores das multas impostas pela PT, embora com registo de evolução negativa de 2.018.332.00 MT (2023) contra 4.106.289.00MT (2022) o que nos remete ao quationamento do papel dos postos ou brigadas da Polícia de trânsito que proliferam pelas vias, na N7, Matambo-Songo e no interior da Cidade de Tete.
- Há discordância entre o atendimento de casos de Violência Baseada no Género reportados pelos dois órgãos provinciais. Enquanto o CEP reporta 451 casos de Violência Baseada no Género nas comunidades (375-mulheres, 46-homens, 13-crianças e 17-pessoas idosas), em coordenação com o Gabinete de Atendimento a Família, Menor vítima de Violência Doméstica (GAFMVD), o CRE reporta 20 casos atendidos de 25 planificados. Se consideramos que esta última meta refere-se apenas ao atendimento no Centro de Atendimento Integtado, conforme explicado pela DPGCAS, para melhor compreensão deve-se definir 2 indicadores distintos.
- O Balanço não faz menção do sequestro/tráfico de crianças que sido reportados. Não faz menção dos assassinatos envolvendo mototaxistas como vítimas ou perpetradores. Contudo, há factores que pensamos que facilitam este crime, tais como a falta de iluminação (ex. Moatize, uma larga extensão da N8 está às escuras. Recomendamos que a PRM efectue um mapeamento dos locais de risco e em colaboração com a EDM assegurar iluminação pública. O PES e PESOE não fazem referência a planos de iluminação publica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento procedeu à análise dos dados do Balanço do I Semestre do PES 2023 e de outros documentos complementares do Governo ao nível da Província e dos distritos. As constatações foram reforçadas por percepções qualitativas dos utentes dos serviços públicos e de diferentes actores de desenvolvimento ao nível da base.

A contribuição abordou 4 sectores (Finanças Publicas; Educação; Saúde; Água e Saneamento e Segurança Pública).

Para além das Constatações e Recomendações, o documento apresenta grande parte das percepções qualitativas na forma de preocupações que devem encontrar o devido tratamento na Planificação Pública e na alocação de recursos.

A Sociedade Civil congratula-se com a proactividade do Conselho Executivo Provincial, do Conselho de Representação do Estado, das autoridades dos Distritais e Conselhos Municipais que colaboraram com a equipa técnica da PLASOTE e agradece a abertura e colaboração de todas as instituições públicas, assumindo o compromisso de continuar a contribuir para o reforço do ODP como espaço de diálogo aberto, franco e construtivo.